

Ensino Politécnico

« RECORTE »

201

## Ensino Superior Politécnico

## Parlamento põe em risco o projecto do MEIC

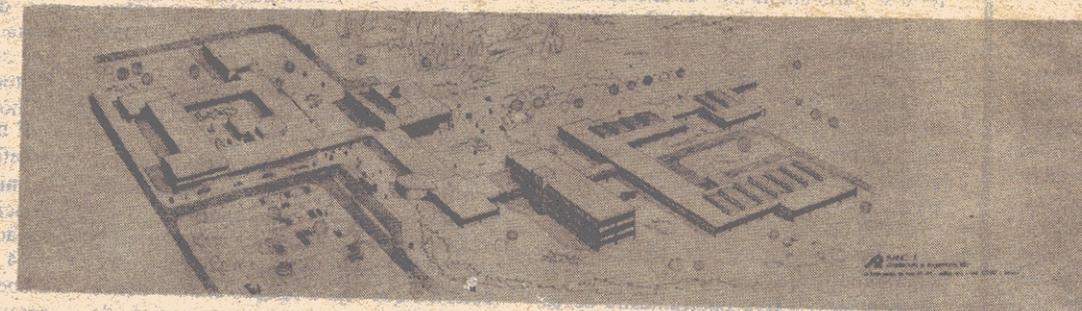
«O ensino superior politécnico é um imperativo nacional, pois que o País precisa de técnicos nos domínios da indústria e agricultura, tendo até em conta a sua próxima adesão à CEE. Caso tal não aconteça e para que os projectos se não percam, Portugal vai ter que importar esses mesmos técnicos com todas as contrariedades inerentes», afirmou em Faro, na passada segunda-feira, o director-geral do Ensino Superior, engenheiro Marçal Grilo.

A propósito, foi referido por aquela entidade que, com vista à próxima execução do Projecto Renault, «há que formar técnicos num prazo plenamente estabelecido, a não ser que se pretenda que os mesmos venham de França».

Enquanto, em Faro, Marçal Grilo proferia estas palavras, a Assembleia da República, com votos favoráveis do PSD, CDS, PCP, independentes Vasco da Gama Fernandes e ex-PSD, aprovou na generalidade dois projectos de lei dos sociais-democratas que criam os Institutos Universitários (e não Politécnicos) da Beira Interior (Covilhã) e de Trás-os-Montes (Vila Real), o que, representando uma diferença de critérios, é prova da oposição total existente entre o Governo e a Assembleia da República no sector do ensino superior de curta duração.

Marçal Grilo, que falava num encontro em que participaram órgãos de comunicação social lisboeta e de incidência regional, realizado no Governo Civil de Faro com a presença do Governador civil, dr. Almeida Carrapato, informou que o projecto para a construção do Instituto Politécnico (ou Universitário?) de Faro estará concluído ainda este Verão e o início das obras terá lugar, em Outubro ou Novembro próximos, a cargo da Direcção-Geral das Construções Escolares.

O Instituto em causa será composto por duas escolas superiores: de Educação e Técnica, estando a sua gestão a cargo de uma Comissão Instaladora constituída por um presidente que terá como vogais, um



Maqueta do futuro Instituto Politécnico de Faro

administrador e os dois presidentes das Comissões Instaladoras das Escolas Superiores. Aliás, tal preceito consta da Lei 11/79, de 28 de Março último, terminando o prazo para a constituição da Comissão Instaladora na segunda quinzena do próximo mês de Junho.

A Escola Superior de Educação visará a formação de professores de ensino infantil e primário (abrangendo Formação Inicial, Actualização e Aperfeiçoamento) e enquadra-se num programa nacional de formação de professores, englobando, numa primeira fase, a reconversão de 11 Escolas do magistério Primário e uma Escola Normal de Educadores de Infância.

Quanto aos estabelecimentos de domínio técnico, pautará a sua acção ao nível de especialistas em vários domínios e enquadra-se igualmente num programa nacional que prevê nomeadamente a reconversão das Escolas de Regentes Agrícolas de Coimbra e Santarém com cursos de produção e tecnologias alimentares, a construção de uma Escola em Setúbal dedicada às tecnologias industriais e a Escola Superior Técnica de Faro de carácter interdisciplinar.

De acordo com as entidades responsáveis do MEIC, o Instituto Politécnico de Faro «constitui uma experiência, em nosso entender inovadora, pois permite a convivência entre alunos que frequentam cursos de índole técnica e como a de Educação, Tecnologia e Gestão» e «será certamente um factor de desenvol-

vimento para a região, na medida em que pode permitir que estudantes, que de outra forma não prosseguiriam os seus estudos além do Ensino Superior, possam continuá-los, e assim adquirir uma formação que lhes dê uma entrada imediata no mercado de trabalho e permita a sua fixação na região com a consequente contribuição para o seu desenvolvimento».

A construção do Instituto Politécnico de Faro, que será localizado na Penha em terrenos situados entre a futura variante da Estrada Nacional 125 e a artéria de penetração para Sotavento, orçará em 215 mil contos, distribuindo-se por uma área total de cerca de 15 hectares. Na escolha do local para a implantação da obra «teve-se em consideração o carácter regional das instituições que o compõem e o consequente grau de acessibilidade a que tal localização deve estar condicionada».

Perante a oposição da Assembleia da República às linhas mestras do projecto do MEIC, todo o trabalho já desenvolvido poderá vir a ser de novo repensado, no todo ou parcialmente, prejudicando toda a dinâmica de ensino, em que, pelo menos, um facto é verídico: Portugal não poderá pensar em termos de adesão ao Mercado Comum, sem se rodear de técnicos próprios que imponham o saber português em detrimento de «importações» de tecnocratas nocivas ao desenvolvimento nacional.

## Reacções opostas

Foram opostas as reacções as de-

cisões da Assembleia da República tomadas a propósito dos seus denominados «Institutos Universitários de Trás-os-Montes e da Beira Interior». Enquanto em Vila Real, os estudantes deram largas ao seu regozijo pela medida aprovada no domínio do seu interesse específico, a notícia da criação da Universidade da Beira Interior na Covilhã foi acolhida, na vizinha Guarda, com furores de descontentamento, tendo em telegrama enviado aos grupos parlamentares do PS, PSD e CDS, «a Câmara Municipal e as forças vivas da cidade «protestado» energicamente por esta nova marginalização da Guarda, com a criação da Universidade da Beira Interior», pois que «somos a cidade mais importante sob o ponto de vista académico e consideramos demagógica a solução adoptada com fins puramente eleitorais». Outros telegramas foram enviados ao Primeiro-Ministro prof. Mota Pinto e ao ministro da Educação e Cultura, prof. Valente de Oliveira.

Voltando à reunião de Faro, e de referir que o Instituto de Acção Social Escolar também esteve presente, na pessoa do seu presidente, dr. Manuel Torres, que definiu os objectivos primordiais do IASE a bem da criança e a que faremos referência mais pormenorizada em próximo artigo.

SOUZA DIAS